

Porto Alegre, 25 de junho de 2020.

Orientação Técnica IGAM nº 32.850/2020.

I. O SISPREM – Sistema de Previdência Municipal de Santana do Livramento, através do Sr. Thiago, solicita ao IGAM a seguinte análise técnica:

Conforme contato pelo WhatsApp, solicito abertura de consulta fins de que me seja enviado uma prospecção das alterações a serem feitas na legislação municipal (Lei do RPPS e RJU) e que contemple a adequação do pagamento dos benefícios previdenciários e dos assistenciais (como auxílio doença, salário família).

II. Inicialmente é importante salientar que o art. 9º, §§ 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019 estabeleceu a limitação do rol de benefícios do RPPS às aposentadorias e à pensão por morte. Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade não devem ser pagos à conta do RPPS, ficando a cargo do Tesouro dos entes federativos, passando agora a ser considerado como um benefício estatutário e não mais previdenciário, integrando a remuneração para todos os fins. Com relação ao salário-família e o auxílio-reclusão, passaram a ser considerados como benefícios assistenciais, os quais também não devem ser pagos pelo RPPS.

Sendo assim, a Lei que rege o Regime Próprio de Previdência do Município deve ser alterada para passar a constar como benefícios previdenciários apenas as aposentadorias e pensão por morte.

Porém, é importante ressaltar que para que o Ente possa assumir os pagamentos relativos à licença maternidade e auxílio doença é necessário alterar a Lei do regime jurídico dos servidores do município (Lei nº 2620 de 1990) com o intuito de incluir no diploma legal as licenças por incapacidade temporária e licença maternidade bem como o benefício do salário-família e o auxílio-reclusão. Assim, a licença por incapacidade temporária e licença maternidade devem ser previstos no agrupamento que trata das licenças passíveis de concessão ao servidor, com os critérios a serem observados para sua concessão. E o salário-família e o auxílio-reclusão devem ser inseridos no RJU como benefícios assistenciais, observadas as diretrizes traçadas pela EC 103, no seu art. 27.



Ressalta-se que a transferência do custeio dos benefícios acima mencionados por mais que seja uma imposição constitucional, depende de alteração no orçamento e deverá estar em consonância com o cálculo atuarial (reavaliação atuarial), comprovando o equilíbrio financeiro e atuarial, atendendo as exigências da Portaria nº 464, de 2018, em especial o art. 3º e seguintes da norma¹, com a respectiva comprovação junto à Secretaria de Previdência.

O cálculo atuarial deve ser confeccionado antes do envio do PL ao Legislativo e anexado à proposição para instrução do processo legislativo, visto que sua viabilidade técnica resta condicionada ao documento.

Em razão do disposto no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a inclusão no RJU dos benefícios que até então era custeados pelo RPPS, precisa da estimativa de impacto orçamentário e financeiro. Tal medida torna-se necessária porque as alterações propostas são despesas correntes, ultrapassam dois exercícios e depende de ato normativo para sua execução.

Desta forma, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro deve estar anexada junto ao PL, sob pena de torná-lo inviável.

Ademais, o limite de despesas com pessoal deve ser atendido frente a transferência dos pagamentos do salário-maternidade e auxílio-doença para o ente.

Sendo assim, as despesas só poderão ser assumidas pelas demais entidades contábeis, após o cálculo atuarial ser feito, o orçamento alterado e, por fim, a edição da lei que altera o RPPS e que disponha sobre o RJU.

Em relação à majoração da alíquota da contribuição previdenciária para 14%, esta deve estar de acordo com as alterações impostas pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Porém, a esse respeito, ressalta-se que a partir do momento que a alíquota do servidor público federal passou a vigorar – ou seja, a partir de 1º.03.2020 – surgiu para os demais entes que possuem RPPS instituído, como é o caso de Santana do Livramento, a

¹ Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial.

Art. 3º Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte.



obrigação de ajustar sua alíquota de contribuição à alíquota mínima estabelecida – 14%. Então, entende-se que a partir de 1º.03.2020 deveria ter sido editada lei municipal, nos termos do § 1º² do art. 149 da Constituição, que estabelecesse a alíquota de 14% para os servidores ativos, aposentados e pensionistas, ressaltando-se, ainda, que permanece em vigor a necessidade de que a alíquota normal do ente seja, no mínimo, em percentual igual à alíquota dos servidores.

Salienta-se que a Portaria nº 1.348, de 2019, estendeu até 31/07/2020 o prazo para que a alíquota de contribuição previdenciária de 14% relativamente aos servidores, aposentados e pensionistas estivesse em vigor.

Dessa forma, não tendo sido observado o prazo assinalado na legislação, alerta-se que poderá haver sanção, qual seja, a não renovação do CRP até a adequação do plano de custeio. E, ainda, a verificação, pelos órgãos de fiscalização, dos responsáveis pela demora na edição da lei.

Por fim, relativamente à majoração das alíquotas de contribuição, deve ser observado o prazo nonagesimal para vigência da majoração de percentual de alíquota para 14%, em atenção ao disposto no § 6º do art. 195 da Constituição Federal. Inclusive, tal prazo está previsto no inciso I do art. 36 da EC nº 103 para a vigência da nova alíquota relativamente aos servidores da União.

Sendo essas as considerações que tínhamos sobre as alterações trazidas pela EC nº 103 de 2019.

IGAM permanece à disposição para esclarecimentos dedúvidas pontuais acerca da matéria.

Karla Polina Albuquerque Silveira

KARLA POLINA ALBUQUERQUE SILVEIRA
OAB/RS: 80764/B
Consultora Jurídica do IGAM

Vanessa L. Pedrozo Demétrio

VANESSA L. PEDROZO DEMETRIO
OAB/RS 104.401
Consultora do Jurídico do IGA

² Art. 149. ...

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

